

**PORTARIA Nº 1738/2018**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** a situação fática evidenciada no CPA nº 8510860-92.2018.8.06.0000 e nos autos do processo nº 0620538-52.2016.8.06.0000/50000,

**CONSIDERANDO** o art. 4º do Anexo II da Resolução do Órgão Especial nº 08/21017 (Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará) c/c arts. 179, § 2º, e 209 da Lei 9.826/74 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará);

**RESOLVE** determinar a instauração de sindicância, a ser realizada pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina, para apurar fatos narrados no processo nº 0620538-52.2016.8.06.0000/50000, devendo ser apresentado relatório conclusivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 31 de agosto de 2018.

Des. Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA Nº 1739/2018**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** a situação fática evidenciada nos autos do CPA nº 8502103-31.2018.8.06.0026,

**CONSIDERANDO** o art. 4º do Anexo II da Resolução do Órgão Especial nº 08/21017 (Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará) c/c arts. 179, § 2º, e 209 da Lei 9.826/74 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará);

**RESOLVE** determinar a instauração de sindicância, a ser realizada pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina, para apurar fatos narrados no CPA nº 8502103-31.2018.8.06.0026, quanto à possível prática de ilícito previsto no art. 9º, inciso IV, do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará - Resolução nº 8/2017 - Órgão Especial, devendo ser apresentado relatório conclusivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 31 de agosto de 2018.

Des. Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**Assessoria de Precatórios****DESPACHO DE RELATOES**

**0001121-02.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credor: N. A. C. e E. LTDA. Advogado: Raimundo Augusto Fernandes Neto (OAB: 6615/CE). Advogado: Glauber Farias de Lima (OAB: 13194/CE). Advogado: Fahad Ramde Otoch Uchoa (OAB: 16654/CE). Advogado: Antonio Fabricio Menezes Santos (OAB: 13847/CE). Representante: J. N. A.. Representante: J. E. U. J.. Devedor: M. de S. Q.. Proc. Município: Alfredo Jader Lobo Cavalcante Filho (OAB: 27926/CE). Proc. Município: Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB: 18971/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Diante da interposição de recurso pelo Município de Santa Quitéria, determino que seja suspenso o pagamento da verba sucumbencial, devendo ser provisionado o numerário correspondente, nos termos da decisão administrativa de páginas 229/231. Paralelamente, ordeno que sejam promovidas as diligências apontadas no decisum acima mencionado. Intimem-se. Fortaleza, 28 de agosto de 2018. Rômulo Veras Holanda Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de Delegação nº 183/2017.

**Total de feitos: 1**

**EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA****EDITAL Nº 153/2018**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no Ofício nº 1905, firmado em 24 de agosto de 2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, mediante o Processo Administrativo nº 8515810-47.2018.8.06.0000;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 6º, II, "d", do Regimento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que estabelece a competência do Tribunal Pleno para eleger os Desembargadores que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na categoria de Membros Efetivos e Suplentes;

**RESOLVE:**

I - Tornar público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas, com prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste edital, inscrições para concorrência à indicação de **um MEMBRO SUPLENTE** do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará dentre **Desembargadores**, tendo em vista o término do primeiro biênio do Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO que ocorrerá em 24 de novembro vindouro.

II – O pedido de inscrição deverá ser registrado no sistema SAJADM-CPA e encaminhado à Superintendência da Área Judiciária.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em 29 de agosto de 2018.

*Desembargador Francisco Gladysson Pontes*

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA